

RESENHAS

XAVIER, Maria Elisabete S. P. *Poder político e educação de elite*. São Paulo, Cortez Aut/Assoc., 1980. 144p.

Maria Elisabete Xavier, com base nos anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1823 e de outras fontes históricas, analisa neste livro, a difícil questão da autonomia do pensamento pedagógico brasileiro em relação à realidade nacional, limitando-se ao tempo histórico da Independência política e das primeiras décadas da República.

Pretende a autora, em cinco capítulos incluindo introdução e conclusões, explicitar o fenômeno da autonomia do pensamento pedagógico nacional, cuja compreensão tem sido prejudicada por análises reducionistas e descontextualizadas que apenas concebem a autonomia na relação da transplantação e imitação de culturas mais desenvolvidas para a superação do atraso cultural do País e de uma concepção idealista de educação. Xavier, no entanto, parte da hipótese de que no pensamento pedagógico brasileiro subjaz uma autonomia aparente que se transforma num eficiente instrumento ideológico a serviço dos interesses dominantes e, por conseguinte, da manutenção da injustiça social.

O livro, no Capítulo II, estuda a questão da autonomia nas propostas educacionais do Brasil Independente, constatando que, embora tenha existido a necessidade e a pretensão de criar um sistema nacional de educação pública, em verdade não se efetivou. Na Assembléia Constituinte, os dois projetos de educação apresentados e discutidos – o tratado de educação para a mocidade brasileira e a criação de universidades – não alcançaram êxitos. O primeiro, embora bastante discutido, não alcançou aprovação, o segundo, embora aprovado, não fora homologado em face da dissolução da Assembléia Constituinte em 1823. A Constituição outorgada de 1824 apenas preconiza laconicamente que a "instrução primária é gratuita para todos os cidadãos". Refere-se também ao Projeto de Januário da Cunha Barbosa – concebendo a organização do ensino em quatro graus: pedagogias, liceus, ginásios e Academias – que ao menos fora discutido pelo Parlamento. As Escolas primárias de primeiras letras, denominadas de pedagogias, são então criadas por Decreto (decreto de 15/10/1827) em todas as capitais de províncias e cidades mais populosas, sem as devidas condições físicas, pedagógicas e de pessoal docente que assegurassem o necessário funcionamento. Posteriormente, o Ato Institucional de 1834, transferindo para as Províncias a faculdade de Legislar sobre a instrução primária, confirma a omissão e descaso do Poder Central em relação à educação popular, evidenciando-se assim sérios desajustes e entraves de ordem econômica, política e social entre os

objetivos nacionais e a efetivação de um plano de educação para o País.

No Capítulo III, a autora estuda os condicionantes econômicos, políticos e sociais das propostas educacionais no Brasil Independente. Analisa a situação colonial brasileira a partir do quadro da economia internacional, polarizada pela metrópole Portuguesa com seu Modo Feudal de Produção e de veiculadora de produtos comerciais e, por outro lado, o predomínio da Inglaterra, com o Modo Capitalista de Produção, subordinando Portugal, com profundos reflexos políticos e econômicos sobre a Colônia. Indica, em seguida, as contradições existentes nas relações do monopólio comercial, bem como entre as classes dominantes da Metrópole, a burguesia europeia e a classe dominante colonial, com Portugal reduzido a mera colônia informal da Inglaterra, transformado num simples intermediário indesejável, restando apenas ao Brasil a ruptura do pacto colonial.

Conquista-se, no Brasil, uma independência política de Portugal, sem dúvida significativa, porém, direcionada pelos conservadores, porquanto fora empreendida pela classe dominante com apoio da classe média e trabalhadora. Por isso o evento da independência não resultou em grandes mudanças na estrutura econômica do País. Ao contrário, continua a mesma monocultura regional, o regime latifundiário e escravista, a economia de tipo primário-exportador. Representa, segundo Xavier, apenas o espaço para a classe dominante aliar-se à burguesia europeia, para manter intacta a estrutura colonial, realmente mantida por algum tempo, porém marcada por crises, instabilidades e profundas contradições internas e externas.

Nesse contexto a autora analisa o caráter ideológico e dissimulador das relações internas de dominação, concluindo que a autonomia do pensamento pedagógico e das medidas legais referentes a educação popular era apenas uma *autonomia aparente* com o objetivo de colocar também a educação a serviço dos interesses das classes dominantes em detrimento das necessidades dos grupos subalternos.

O tema central do livro é abordado no Capítulo IV, quando a autora evidencia a insuficiência das explicações comuns em relação ao fenômeno da autonomia, denuncia as implicações das interpretações inadequadas e explicita o significado real das propostas pedagógicas vistas a partir do tempo histórico e dos condicionamentos econômicos, políticos e sociais.

A autora é bastante crítica das posições assumidas por Maria do Carmo Tavares de Miranda e João Cruz Costa, quando atribuem os desajustes da educação ao transplante cultural. Classifica-as de explicações ingênuas. Exemplifica que a própria Assembleia Constituinte defendia a prioridade de um projeto educacional que se ajustasse à realidade brasileira, sem apego a soluções exógenas. Segundo a autora, o cerne do problema está no fato de que a preocupação com a educação não foi traduzida em medidas efetivas. Os problemas da educação não foram assumidos, preferindo-se mascarar a realidade, brincar de faz-de-conta, fazendo o ideal parecer real. Critica igualmente a explicação da dependência cultural como extensão da dependência econômica, baseada no entendimento de que a classe dominante, privada de cultura própria, subjugada à cultura do dominador, sentia-se

impedida de elaborar um projeto nacional de educação e, mais ainda, de viabilizá-lo. Em que pese considerar os aspectos ideológicos e as implicações contextuais, a explicação de “dependência cultural” falha por não captar a questão das contradições internas e por não perceber que a classe dominante não estava apenas a serviço do projeto alheio, porém, intencionalmente, a serviço do seu próprio projeto, embora identificado aos propósitos externos em detrimento dos autênticos interesses nacionais. Além disso, exime de responsabilidade o dominador interno e omite a atuação das classes hegemônicas na expoliação dos dominados e na inviabilização do projeto de educação universal e popular.

Conclui a autora que as propostas educacionais, no período, estiveram sempre vinculadas ao contexto econômico e político, cumprindo função dissimuladora do sistema vigente e de legitimação da classe dominante. Portanto, trata-se de uma autonomia aparente do pensamento pedagógico, com visível função ideológica de manutenção da ordem econômica e dos interesses dominantes. O discurso liberal, aparentemente progressista, em favor da educação popular e universal, é usado intencionalmente como estratégia ideológica para dissimular as contradições internas, camuflar a realidade e legitimar a educação como aparato do Estado, perpetuando assim as condições de dominação e de injustiça social.

O livro de Xavier representa um avanço metodológico e crítico na compreensão do pensamento pedagógico brasileiro em relação à realidade nacional. É de se notar sua ênfase no papel das elites nacionais na direção da sociedade, a força da ideologia e a importância da contextualização histórica para a compreensão dos fenômenos sociais. Dois pontos, no entanto, não nos pareceram suficientemente claros na posição da autora. O primeiro se prende à questão mesma da autonomia. Deveria ser uma dádiva do Estado ou resultante de lutas e conquistas por parte da classe subalterna? O segundo ponto é que a autora concebe a educação – no período analisado – como a serviço apenas da classe dominante. Não será que poderia também estar, como sugere Gramsci, a serviço das classes subalternas, difundindo a contra-ideologia e reforçando a sociedade civil? São questões que poderiam ser melhor explicitadas. Contudo, trata-se de uma pesquisa séria e relevante. Sem dúvida, uma contribuição aos estudos da história da educação, uma análise crítica das abordagens correntes e comuns sobre o processo educacional. Representa, em nosso entender, mais que uma nova interpretação. O livro Xavier tem o sentido de denúncia e de esperança. Denúncia dos fatores responsáveis pela educação elitista, separada do povo, a serviço de projetos e interesses que não os de sua população. E de esperança na medida em que abre novas perspectivas de compreensão do pensamento pedagógico e do papel da educação na sociedade brasileira.

Josué da Silva Mello
Prof. Titular do Dep. de
Ciências Humanas e Filosofia